

Conferência Património Cultural - Desafios XXI

25.10.2018

Por Guilherme d'Oliveira Martins*

A escolha do Património Cultural como o tema da União Europeia neste ano de 2018 foi produto de uma opção clara. Correspondeu à necessidade de dar um impulso novo a um projeto comum que não pode avançar sem a memória das raízes históricas e culturais e sem um forte desafio de aprendizagem, de inovação e de modernidade. Não esquecemos o dia em que Denis de Rougemont e Albert Einstein idealizaram uma instituição como o CERN (o antigo Centre Européen pour la Recherche Nucléaire) para dar à energia atómica o sentido da paz em vez do estigma da guerra. E se recordamos esse facto é para deixar claro que o património cultural, como realidade viva, liga a cultura, a educação e a ciência. Por isso, Umberto Eco disse um dia que a diferença entre aqueles que não leem e aqueles que leem é que os primeiros vivem apenas algumas dezenas de anos, enquanto os segundos vivem o tempo da civilização, três ou quatro mil anos. De facto, só seremos dignos do que recebemos das gerações que nos antecederam se soubermos combater a ignorância e a mediocridade através da compreensão donde vimos e para onde vamos.

As iniciativas do Ano Europeu do Património Cultural são múltiplas, desde o estudo e investigação, do intercâmbio científico e técnico, do aperfeiçoamento profissional, da sensibilização e da informação, até à educação e à formação, à criação e à divulgação; no entanto a motivação e a participação dos mais jovens constitui o desafio mais aliciante e exigente. Essa é uma das marcas que Portugal tem procurado definir como essencial, distintiva e prioritária. O envolvimento das escolas, das famílias e das comunidades no estudo, compreensão, conhecimento, na atenção e no cuidado do património cultural deverá representar um dos investimentos mais sérios e duradouros desta iniciativa. Será isso que ficará.

Compreender o passado, cultivá-lo, permite-nos preparar o futuro. Estamos a encetar um momento importante na vida da União Europeia. Apesar dos sinais de crise há uma clara consciência de que uma cultura de paz começa pelo culto e pelo cuidado relativamente ao património cultural. Como poderemos avançar sem considerarmos as nossas raízes? Como poderemos preparar, de modo informado e conhecedor, o progresso futuro sem cuidar da continuidade e da mudança? Procuramos, assim, sensibilizar a sociedade e os cidadãos para a importância social e económica da cultura – com o objetivo de atingir um público tão vasto quanto possível, não numa lógica de espetáculo ou de superficialidade, mas ligando a aprendizagem da História e o rigor no uso e na defesa das línguas, articulando educação e ciência, numa perspetiva humanista, aberta e exigente.

Importa pôr em prática o Plano de Ação de longo prazo para a Cultura e o Património. A cultura representa a aposta no fator humano, de modo a que a sustentabilidade deixe de ser apenas financeira – devendo ser social, ambiental, energética, técnica, ou educativa, numa palavra, humana. Afinal, a importância económica da cultura é muito maior do que se julga à primeira vista (lembremo-nos da mobilidade, da formação, das línguas, na capacidade científica, da eficácia da aprendizagem ou da atenção e do cuidado ao património material e imaterial, em ligação com a criação contemporânea). Se é verdade que, segundo o Euro-barómetro, 8 em cada 10 europeus consideram o património cultural importante, não só para cada um, mas também para a comunidade em que nos inserimos, para o país e para a União no seu conjunto, importa compreender que estamos a falar de um fator crucial para podermos superar egoísmos, fechamentos e conflitos insanáveis. Mais de 7 em cada 10 europeus concordam com a necessidade da ligação entre património e qualidade de vida, em nome de um desenvolvimento humano. E 9 em cada 10 consideram que o despertar nas escolas para a defesa do património é fundamental. Afinal, as políticas culturais têm de se centrar cada vez mais na atenção efetiva atribuída ao património cultural. Daí que em Portugal, a ligação da educação a esta iniciativa europeia seja fundamental – pela eficácia multiplicadora e pela recusa de uma lógica de comemoração, momentânea e sem consequência social. E se é certo que é esta a perspetiva que nos importa, não podemos esquecer o valor económico do património cultural como fonte de desenvolvimento – 7,8 milhões de postos de trabalho na União Europeia estão ligados indiretamente ao tema, como o turismo e tantos serviços conexos como a mobilidade, a segurança e o conhecimento. 300 mil pessoas estão diretamente ligadas ao património na União Europeia.

Falar de património cultural não é apenas referir as construções, os monumentos, os acervos artísticos e arqueológicos, é isso e algo mais: é o culto do conhecimento através da informação e da sabedoria. Não esqueçamos as bibliotecas, os arquivos, a preservação de documentos, as paisagens, os jardins, as tradições, os costumes, ou seja, o património imaterial bem como a criação contemporânea. Daí a importância da inovação e da criatividade. Deve distinguir-se ciência, técnica e tecnologia. Se ligarmos a inovação a melhores instrumentos que ajudem as pessoas a concentrar-se no que são insubstituíveis, conseguiremos colocar a tecnologia ao serviço da dignidade humana. Não há que recear os robôs e a inteligência artificial. Urge tornar a Humanidade mais humana. Lembremo-nos de Pascal, que compreendeu como ninguém que as pessoas constroem máquinas e robôs, para as servir, enquanto as máquinas não constroem pessoas.

Na recente Cimeira do Património Cultural, a aprovação do “Apelo de Berlim para a Ação” constituiu um importante desafio para governos, instituições da sociedade civil e cidadãos, organizações internacionais e supranacionais, no sentido de considerar a

cultura como fator de superação do vazio de valores éticos, da indiferença, do medo dos outros – no sentido de uma “cultura de paz”, suscetível de pôr a tónica num culto comum da herança e da memória, do respeito mútuo e de uma verdadeira partilha de responsabilidades. Valores, culturas e memórias constituem a base de uma Europa que deve caracterizar-se pela “Unidade na Diversidade”, resistindo à fragmentação dos egoísmos e da intolerância. Fora da lógica das identidades fechadas, devemos construir realidades abertas e complexas, que não excluam ninguém. O património cultural liga gerações, suscita complementaridades, cruza influências e assenta na evolução histórica de encontros e desencontros – abrindo caminhos de diálogo e de cooperação entre comunidades na Europa, mas também com outras culturas do mundo. Trata-se de uma ponte entre o passado e o futuro, um processo contínuo de criatividade e inovação, que assenta as suas raízes na evolução histórica e suplanta-a em nome de uma cidadania ativa e responsável, do desenvolvimento sustentável e de uma sólida coesão social.

Neste Ano Europeu, quando celebramos dentro de dias os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, trata-se de desenvolver o Plano de Ação para o Património Cultural; de reconhecer o Património como uma prioridade; de criar pontes entre as dimensões local, nacional e europeia; de preservar e transmitir o que é insubstituível; de investir na regeneração do Património com qualidade; de promover o melhor conhecimento, a compreensão aprofundada e de aproveitar a oportunidade que o momento atual nos reserva. A sociedade no seu todo e o desenvolvimento humano estão em causa. Só um ambicioso Plano de Ação pode ter resultados efetivos. A Nova Agenda Europeia para a Cultura não pode ser confundida com uma cornucópia de meios financeiros usados sem critério nem avaliação. Ligue-se o investimento na cultura, educação e ciência com os objetivos de coesão social e de desenvolvimento regional, envolvendo cidades, campos, litoral, meio ambiente, turismo, sustentabilidade, mudança climática, investigação e inovação, política digital. Estamos a referir a obrigação de maior responsabilidade da Europa e de coerência com a Convenção de Faro do Conselho da Europa, com a Estratégia Europeia para o Património no Século XXI e com a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. As instituições europeias deverão reconhecer o património cultural como prioridade estratégica, o que contribuirá para o urgente investimento para o capital humano e cultural e para a promoção dos valores universais europeus.

(*) Coordenador nacional do Ano Europeu do Património Cultural